



## Orçamento do Estado

Ricardo Valadas, Presidente da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária.  
Correio da Manhã, 06 de novembro de 2016

### **A PJ, para cumprir a sua missão, precisa de ser dotada de meios adequados.**

Decorreu recentemente na Assembleia da República a votação e aprovação do Orçamento de Estado (OE) para 2017, na generalidade. No que respeita ao Ministério da Justiça, e em concreto à Polícia Judiciária, gostaríamos de deixar uma breve nota. Do nosso ponto de vista, a Justiça, como um dos pilares da Nação, importa sobretudo que funcione, com vista à persecução de um lucro que apesar de não ser mensurável se reflete a montante e a jusante, nos mais ínfimos aspetos da vida das pessoas.

Uma Justiça célere e profícua interessa a todos os cidadãos conscientes e determinados em viver numa sociedade mais justa, mais equilibrada e adequada aos nossos dias. A PJ - como instituição de Justiça –, para cumprir cabalmente a sua missão, terá necessariamente, e com vista aos superiores interesses da Nação, que ser dotada de meios humanos e materiais suficientes e adequados.

Estamos certos que, aquando das discussões na especialidade, a PJ será considerada no OE como um ativo estratégico, a fim de que sejam mitigadas - dentro do possível – as carências humanas e materiais da instituição. A PJ só poderá levar a cabo a sua missão, de forma cabal, se for capacitada para isso. Só assim poderemos servir melhor o nosso País.